

## DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO: 32.205.000049.2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**RECORRENTE: AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA**

**RECORRIDO: FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO**

### **I- DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade do recurso, averiguando se o mesmo foi interposto dentro do prazo previsto no Edital. Neste sentido, os itens 12.1, 12.2 e 12.3.1 dispõem que:

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, por força do art. 32, IV, da Lei nº 13.303/2016, combinada com art. 189 da Lei nº 14.133/2021, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, independentemente se o recurso impugnar este ato ou o julgamento das propostas.

A empresa **FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO** teve sua proposta aceita no dia 15/04/2025 e foi declarada vencedora do certame na data de 29/04/2025.

A empresa **AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA** manifestou intenção de recorrer do julgamento das propostas registrada às 10:52 de 15/04/2025 e da habilitação das propostas às 10:10 de 29/04/2025.

Foi aberto o prazo para juntada de razões até o dia 06/05/2025, conforme sistema.

A empresa **AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA** apresentou recurso no dia 05/05/2025 10:43:05, dentro do prazo previsto. Sendo assim, resta claro que foram atendidos todos os prazos, portanto Recurso TEMPESTIVO.

### **II - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

A empresa recorreu da decisão que declarou vencedora a empresa **FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO**, alegando que não atendeu integralmente às exigências do Edital.

#### **1. DA INSUFICIÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA RECORRIDA**



Alega,

*“A documentação apresentada limita-se a uma CAT de georreferenciamento vinculada a **pessoa física**, referente a apenas **2.700 hectares**, o que não atende às exigências do edital, especialmente no que se refere à abrangência e complexidade dos serviços contratados “*

*“Adicionalmente, a empresa não enviou o **registro da empresa e nem do seu sócio no CREA**, requisito indispensável para a habilitação técnica, conforme determina a legislação profissional específica. A empresa nem possui CNAE 7112-0/00 - Serviços de engenharia.”*

*Vale ainda destacar que, no **print enviado pela empresa extraído do sistema do INCRA**, no canto inferior esquerdo, consta que apenas **249 imóveis foram certificados**, o que corrobora a **falta de experiência comprovada** da empresa no âmbito do georreferenciamento fundiário em escala compatível com o escopo da licitação.*

## 2. ERROS NA PROPOSTA DILIGÊNCIA

Alega que a proposta apresentada pela Recorrida apresentou diversas falhas, alegando que:

*Tais equívocos indicam despreparo ou falta de atenção por parte da licitante no momento da elaboração da proposta, o que levanta sérias dúvidas quanto à sua capacidade técnica e à seriedade de seu compromisso com os requisitos do certame pela empresa recorrida*

E que,

*Outro ponto a ser analisado é a tributação da empresa. Ao pesquisar no Site do Simples Nacional, a empresa consta como “**OPTANTE PELO SIMPLES**”.*

## 3. EMPRESA RM GEOTECOLOGIA

Alega ainda erro no papel timbrado, informando que

*“Observa-se ainda uma grave inconsistência relacionada à identificação da empresa recorrida. Os documentos apresentados pela empresa que foi considerada classificada foram emitidos com papel timbrado de outra empresa, identificada como “**RM Geotecologia**”, a qual não corresponde nem à sua razão social nem ao seu nome fantasia registrados, sendo o nome fantasia registrado “**RM AGROFLORESTAL**”.*

## 4. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO

Aponta, ainda, que não foi acostado aos autos a Declaração de conhecimento dos locais e condições dos serviços, anexo V, previsto no Edital.

*Conforme exigência expressa no edital, todas as licitantes deveriam apresentar a **Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições dos Serviços**, documento essencial para atestar que a empresa tem ciência plena das condições em que os serviços serão executados,*

## III- DAS CONTRARRAZÕES

O edital prevê em seu item 12.8 que:

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,  
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB  
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101  
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br  
www.empaer.pb.gov.br

Página 2 de 6



Assinado com senha por [EPR58122] [SENHA] DANIELI DA SILVA PEREIRA em 28/05/2025 - 01:20hs e [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE MACEDO PEDERNEIRAS em 28/05/2025 - 01:21hs.  
Documento Nº: 7831593.63942053-8356 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.63942053-8356>



EPRES202500983A

*12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.*

A Comissão constatou que as contrarrazões ao recurso foram apresentadas pela FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME dentro do prazo previsto, conforme estipulado no sistema. Neste, em relação ao recurso apresentado pela Ambientgeo, alega descabida as alegações da Recorrente, afirmando que:

*“a empresa apelante não avaliou corretamente os atestados de capacidade técnica operacional e profissional da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME, ou talvez tenha feito de má fé, para confundir essa comissão.”*

*“as atividades descritas são de uma similaridade extraordinária, o que novamente diria, sem modéstia, que nada mais justo que a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME ganhasse esse certame.”*

Alega, ainda, que

*“deve se atentar a elaboração de uma composição de preço com base na compreensão do BDI, intervalos admissíveis e Fórmula de Cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 - TC.”*

Aduna que

*“A razão social é o nome oficial registrado da empresa junto aos órgãos governamentais, utilizado em documentos formais e legais. O nome fantasia, por outro lado, é o nome pelo qual a empresa é conhecida comercialmente e publicamente, geralmente utilizado em publicidade e marketing.”*

*A ausência de declaração não é requisito de desclassificação visto que os Acórdãos TCU nº 641/2025, nº 1204/2024 e nº 1217/2023, todos do Plenário, recomenda a retificação de documentos com vícios sanáveis, mediante diligência, a fim de eliminar as inconsistências em determinadas declarações da empresa.*

Ao final, pugna pela manutenção da decisão que a habilitou.

## V- DA ANÁLISE DO RECURSO

Nos argumentos trazidos pela recorrente, por tratar-se de questões relacionadas a parte técnica da análise da documentação, foram encaminhadas para análise e considerações da Equipe técnica responsável, que emitiu o parecer acostado aos autos e anexo a esta decisão. Relacionado a alegação de que o **CAT DE GEORREFERENCIAMENTO VINCULADO A PESSOA FÍSICA** refere-se a apenas 2700 hectares, não atendendo às especificações do Edital. Temos que considerar o elencado pela equipe técnica, cujo parecer técnico segue anexo. Diante do parecer técnico emitido, considerando o disposto acerca das comprovações técnicas e seguindo o disposto no Edital; considerando, ainda, que houve menção à certificação de imóveis rurais com o envio das telas dos credenciados no SIGEF; concluímos pela necessidade de diligenciar junto à empresa Recorrida para oportunizar que apresente Atestado emitido por pessoa jurídica, conforme previsto no Edital, para comprovação de certificação de imóveis rurais, que sejam documentos complementares aos já apresentados no certame.

Página 3 de 6

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,  
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB  
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101  
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br  
www.empaer.pb.gov.br



Assinado com senha por [EPR58122] [SENHA] DANIELI DA SILVA PEREIRA em 28/05/2025 - 01:20hs e [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE MACEDO PEDERNEIRAS em 28/05/2025 - 01:21hs.  
Documento Nº: 7831593.63942053-8356 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.63942053-8356>



EPRDES202500983A

Em relação ao **QUANTITATIVO DE CERTIFICAÇÃO**, temos que o Edital não estipulou quantitativo mínimo, portanto, não há o que se questionar.

Em relação às alegações pertinentes a **AUSÊNCIA DE REGISTRO DA EMPRESA E DO SEU SÓCIO no CREA**, verificamos não deve prosperar, tendo em vista que nos documentos de habilitação apresentados constou ambos os registros, conforme depreende-se do print colacionado abaixo:



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966  
Decisão Normativa Nº 116 de 21 de Dezembro de 2021

**CREA-BA**

**Nº 279924/2025**  
Emissão: 04/04/2025  
Validade: 31/03/2026  
Chave: 3552C

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CERTIFICAMOS que o(a) profissional mencionado(a) encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - CREA-BA.

Interessado(a)

Profissional: FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO  
Registro: 0406767823  
CPF: \*\*\*.494.045-\*\*

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL  
Data Inicial: 20/11/2008  
Data Final: Indefinido



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURÍDICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-BA**

**Nº 279923/2025**  
Emissão: 04/04/2025  
Validade: 31/03/2026  
Chave: Z0825

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos e membros do quadro técnico não se encontram em débito com as anuidades do CREA/BA.

Interessado(a)

Empresa: FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME  
CNPJ: 13.025.129/0001-04  
Registro: 0010084606

No que se referente aos **ERROS APONTADOS NA PROPOSTA** e que foram diligenciados, conforme previsto no Edital:

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1. conter vícios insanáveis;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

9.7. A EMPAER poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

9.7.2. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexecuibilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado

Página 4 de 6

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,  
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB  
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101  
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br  
www.empaer.pb.gov.br



Assinado com senha por [EPR58122] [SENHA] DANIELI DA SILVA PEREIRA em 28/05/2025 - 01:20hs e [EPR58288] [SENHA] LAYSE NELYE MACEDO PEDERNEIRAS em 28/05/2025 - 01:21hs.  
Documento Nº: 7831593.63942053-8356 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.63942053-8356>



EPDES202500983A

sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações preexistentes, desde que não alterem a substância da proposta. (grifo nosso)

Não há o que se contestar em relação às oportunidades de diligências concedidas aos licitantes, principalmente no que se refere aos esclarecimentos e retificações necessárias na proposta, uma vez que se tratam de vícios passíveis de serem sanados sem qualquer alteração de valor, o que é defendido pelos Tribunais de Contas oportunizar ao licitante fazê-lo, bem como está devidamente previsto no Edital. O simples erro de preenchimentos de planilhas, desde que passíveis de serem sanáveis, não configuram por si só a incapacidade técnica da licitante, nem a inexecutabilidade da proposta. Sendo assim, não podemos considerar inabilitar a empresa que tenha cometido erros nas planilhas, caso sejam passíveis de serem saneados.

Em relação ao **PAPEL TIMBRADO UTILIZADO PELA LICITANTE**, não há o que se questionar, uma vez que trata-se de papel timbrado que é elaborado pela própria empresa e o conteúdo disposto nos documentos são pertencentes à FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO, bem como assinados com o CNPJ correspondente e pelo sócio com poderes para tanto. Não há que se falar em insegurança da identidade da empresa, vez que toda documentação está com as documentações e dados cadastrais pertinentes a ela e que todas foram incluídas no sistema com login e senha de responsabilidade da empresa licitante. Ou seja, não há dúvidas que as referidas documentações sejam emitidas e pertencentes a ela, independente da arte utilizada no papel timbrado apresentado. Não verificamos razões para questionar. Ainda que fosse necessário a retificação do timbre do papel, o mesmo poderia ser facilmente saneado através de diligência, conforme previsto em Edital. Em suas contrarrazões, a Recorrida confirma ser esse o seu papel timbrado.

Sobre a **TRIBUTAÇÃO DA EMPRESA**, independente da alíquota apontada pelo licitante em sua proposta, as alíquotas devem ser aplicadas conforme a legislação vigente. Em sede de análise da proposta, foi indagado ao licitante, que confirmou as alíquotas apontadas em sua proposta. Não vislumbramos necessidade de questionamentos.

No que se refere ao apontamento de **AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO** de conhecimento dos locais e condições dos serviços, verifica-se que realmente houve a ausência de tal documento, que equivocadamente deixou de ser verificado pela EMPAER quando da análise da habilitação. De toda forma, em respeito aos princípios licitatórios, bem como ao previsto em Edital, mais especificamente no item 11.4 do Edital que prevê

11.4. Após a envio da documentação de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para:**

11.4.1. atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, especificamente **quanto aos documentos complementares do Item 11.3.5;**

Retomando o Edital, percebe-se que a declaração ausente apontada faz parte dos documentos complementares constantes no item 11.3.5, portanto passível de diligência e saneamento. Sendo assim, concluímos pela necessidade de DILIGENCIAR para que a Recorrida apresentada a declaração pertinente.

## **V – DA CONCLUSÃO PELA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA**

Cabe destacar que, conforme previsto na Lei 14.133/2021 em seu art 64:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*



*I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

Bem como, expressamente previsto no Edital em seus subitens 10.14.2. e 10.14.2.1. A diligência em uma licitação pode ser realizada em qualquer fase do processo, inclusive na fase recursal. O objetivo é esclarecer ou complementar a documentação do licitante, respeitando os limites legais e editalícios.

Diante do acima exposto, identificamos a necessidade, antes de proferir a decisão do presente recurso, de diligenciar no certame junto ao Recorrida, para:

1. Apresentar atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, da qual já tenha prestado serviços, que comprovem a capacidade técnica de certificação de imóveis rurais, que sejam documentos complementares aos já apresentados no certame, a exemplo dos credenciados indicados.
2. Apresentar a Declaração de conhecimento dos locais e condições dos serviços, conforme anexo V do Termo de referência, previsto no 11.3.5, “e” do Edital.

**LAYSE NELYE PEDERNEIRAS MOTA**  
**Pregoeira**

